



**PROGRAMA DO GOVERNO**  
**IX LEGISLATURA**





**PROGRAMA DO GOVERNO**  
IX LEGISLATURA



# Índice

<b>1.</b>	<b>CABO VERDE VENCEU</b>	<b>7</b>
<b>2.</b>	<b>VENCER OS DESAFIOS</b>	<b>7</b>
<b>3.</b>	<b>ATUAR SOBRE OS FATORES INTERNOS</b>	<b>8</b>
3.1.	Atuar Sobre A Administração Do Estado	8
3.2.	Melhorar significativa do Ambiente de Negócios	9
3.3.	Melhorar o ambiente de segurança	10
3.4.	Melhorar a administração da justiça	10
3.5.	Dotar o país de um sistema educativo de excelência	11
<b>4.</b>	<b>DINAMIZAR A ECONOMIA</b>	<b>11</b>
4.1.	Promover as TIC's	12
4.2.	Desenvolver o turismo	12
4.3.	Valorizar o mar	12
4.4.	Rentabilizar a agricultura	12
4.5.	Fomentar a indústria	13
4.6.	Fazer crescer a economia e criar empregos	13
4.7.	Vencer o desafio do financiamento da economia	13
4.8.	Fiscalidade amiga do investimento e do crescimento	13
4.9.	Unificar o mercado e ligar ao mundo	14
4.10.	Melhorar e eficiência energética	14
<b>5.</b>	<b>DESCENTRALIZAR E REGIONALIZAR</b>	<b>14</b>
<b>6.</b>	<b>NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS</b>	<b>15</b>
6.1.	Juventude, uma prioridade	15
6.2.	Desenvolver o desporto	15
6.3.	Inclusão pela família	16
6.4.	Desenvolver a cultura	16
6.5.	Direito à saúde	16
6.6.	Promover a solidariedade e a inclusão social	17
<b>7.</b>	<b>QUALIFICAR A POLÍTICA EXTERNA</b>	<b>17</b>
<b>8.</b>	<b>INTEGRAR A DIÁSPORA</b>	<b>18</b>



## 1. CABO VERDE VENCEU

Os resultados das eleições de 20 de Março ditaram uma nova maioria parlamentar construída pela escolha do povo cabo-verdiano, no país e na diáspora.

Estamos perante **uma vitória de Cabo Verde** e um mandato claro para governar para todos os cabo-verdianos, sem distinção, independentemente das preferências partidárias. Os cabo-verdianos optaram por uma governação focada nos resultados e em constante diálogo com os cidadãos e a sociedade civil. Uma governação focada na melhoria das condições de vida dos cabo-verdianos, com enfoque na inserção das classes mais desfavorecidas, **na sua felicidade, na sua prosperidade e num futuro melhor para todos.**

Terminadas as eleições legislativas, constituído o novo Parlamento e empossado o Governo, a hora é de unir os cabo-verdianos no respeito pelo pluralismo, pela diferença e pela diversidade. **Unir em torno de uma Missão, que é servir e desenvolver Cabo Verde, e de uma Causa, que é contribuir para a realização de todos os cabo-verdianos e em todas as ilhas.**

Esta é uma oportunidade para instaurarmos **uma nova era, uma nova forma de exercício de poder, com total transparência e mais próximo das pessoas**, com espírito de abertura para uma sociedade com ideias novas e pensamento disruptivo, fazendo com que todos se sintam parte integrante da sua nação e participem no seu engrandecimento sem necessidade de prestar contas pelas suas opções políticas. **Esta é uma oportunidade para selarmos um compromisso diferente com a liberdade, a tolerância e o respeito pela diferença.**

## 2. VENCER OS DESAFIOS

Somos um pequeno país africano, insular e atlântico; política e socialmente estável; culturalmente homogéneo e dinâmico; com uma vasta diáspora em diversos países; inserido estrategicamente no cruzamento das rotas do Atlântico

médio entre a Europa, a África e as Américas; um país confiável e com credibilidade externa. Somos um país com 556 anos de história, com identidade própria e com valores partilhados que nos unem enquanto Nação.

As vulnerabilidades ambientais e económicas de um pequeno país arquipelágico inserido numa economia mundial globalizada fortemente competitiva e num contexto externo de mudanças rápidas, imprevisíveis e impactantes, amplificam os desafios globais em Cabo Verde. Desafios globais de segurança, da liberdade e da democracia; de alterações climáticas; de energia e recursos hídricos; de tecnologia, inovação e competitividade; de regulação dos diversos sistemas à escala mundial e; de transferências de soberania para entidades regionais ou universais.

Temos que preparar o país para a inserção e para a relação com um mundo hoje cada vez mais complexo, numa abordagem prospetiva e dinâmica. Através da valorização das características geográficas, humanas e dos intangíveis do país. Valorização da localização geo-estratégica do país do ponto de vista económico e de segurança e; valorização dos nossos fatores diferenciadores, a nível da qualidade da democracia, da estabilidade política e social e da nossa extensa diáspora. Essas características valorizadas serão as nossas vantagens competitivas para nos afirmarmos como um país aberto ao mundo que se distingue pela estabilidade política e social; pela excelência do seu capital humano e; pela confiança nas relações com os investidores (segurança jurídica, transparência, estabilidade, previsibilidade e atitude de Estado parceiro).

Para tal, é nosso compromisso:

- Fazer com que Cabo Verde seja uma referência mundial no que se refere à democracia, à liberdade, à proteção dos direitos individuais e ao exercício do poder colocado ao serviço da felicidade dos cidadãos. O Fazer com que Cabo Verde seja um Estado moderno, com instituições fortes, credíveis e perenes ao nível da Justiça, do sistema de Segurança, da Administração Pública, da Regulação e Fiscalização Técnica, Económica e Financeira.

- Promover as condições para uma sociedade civil autónoma, participativa e forte. Um país com condições favoráveis à livre iniciativa, à inovação, ao mérito, à tomada de riscos, à participação, ao reforço do capital social e à responsabilidade individual.
- Dotar o país de um sistema de educação inclusivo e que busca a excelência pelo conhecimento, pelos valores e pelo esforço individual.
- Promover um crescimento económico inclusivo que contribua para o reforço da estabilidade social e da coesão territorial através da criação de oportunidades de emprego e de rendimento, do combate à pobreza e da redução das desigualdades sociais e das assimetrias regionais.
- Reorientar a nossa política interna e externa para potencializar as especificidades do nosso país e para se adaptar e ajustar a um mundo hoje, visivelmente diferente, onde a ajuda externa está em declínio, onde a segurança global e cooperativa ganha particular relevo, onde o mapa geo-estratégico tende modificar-se, ganhando novas plasticidades e correlações, onde as mudanças, designadamente no plano do xadrez geopolítico mundial, se mostram rápidas, imprevisíveis, profundas e com impactos globais a diversos níveis.
- Articular e integrar melhor a nossa diáspora no processo de desenvolvimento, aproveitando o grande ativo de promoção externa, de atração de investimentos e de transferência de conhecimentos que a diáspora representa.

### 3. ATUAR SOBRE OS FATORES INTERNOS

A situação da economia do país é muito preocupante: deterioração do risco país, dívida pública excessiva, fraco crescimento económico, elevado desemprego, elevada pobreza e redução significativa do potencial de crescimento da economia. Acresce-se a deterioração da qualidade das instituições e da segurança. É neste contexto interno difícil e que temos que construir soluções e dar respostas para colocar o país na rota do crescimento e do desenvolvimento.

Existem oportunidades para nos afirmarmos como uma economia de turismo e de prestação serviços internacionais. É essencialmente sobre os fatores endógenos que devemos atuar para aproveitar essas oportunidades através da criação de um ambiente político, institucional, social, económico favorável e de um bom sistema educativo:

#### 3.1. ATUAR SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

O Estado mexe com a vida dos cidadãos e a vida das empresas através de impostos, da dívida pública, da burocracia, dos custos, qualidade e regularidade do fornecimento da água, da energia, das telecomunicações e dos transportes marítimos e aéreos; através dos serviços da educação, da saúde, da previdência social, da justiça e da segurança.

O Estado quando ineficiente, quando gasta muito e produz pouco, quando carrega nos impostos e na dívida para se alimentar, cria sérios problemas às empresas e às famílias. São as pessoas que pagam o custo da elevada fatura de um Estado ineficiente.

Então, se é no Estado onde reside o maior problema, é aí que temos que fazer a grande mudança. Mudança ao nível do modelo de exercício do poder e da qualidade da governação.

A mudança passa por:

- uma clara separação entre o Estado e o Partido e um regime de incompatibilidades que elimine o quadro hoje prevalecente onde directores-gerais, membros de conselhos de administração e delegados de ministérios são dirigentes nacionais ou locais do partido no poder numa escandalosa promiscuidade de funções;
- neutralidade das instituições e da administração do Estado face às preferências, simpatias ou militância dos cidadãos. Ninguém pode ser prejudicado, condicionado ou diminuído nos seus direitos em função das



suas preferências políticas ou partidárias; ninguém ganha mais direitos ou privilégios junto ao Estado ou ao Governo, pelo facto de ser militante ou simpatizante do partido no poder;

- relações com as organizações da sociedade civil colocadas ao serviço das comunidades e dos seus representados e não de interesses partidários;
- relações com os cidadãos feitas na base da responsabilidade, do respeito pela liberdade individual, da igualdade de oportunidades, da equidade e justiça e não na base do condicionamento político-partidário;
- relações do poder central com as câmaras municipais feitas na base do respeito mútuo e da cooperação estratégica para o desenvolvimento e não na base da menorização do poder local e da confrontação permanente por disputa de votos;
- gestão transparente dos dinheiros públicos, sujeita a fiscalização e a prestação de contas junto das instituições competentes e dos cidadãos;
- uma atitude de parceiro nas relações com as empresas e com as organizações da sociedade civil e valorização da concertação social;
- uma comunicação social do Estado desgovernamentalizada e fortemente comprometida com a defesa da liberdade de expressão e do pluralismo.

São mudanças para:

- libertar as forças internas e as energias criativas, inovadoras, responsabilizadoras e participativas dos cidadãos;
- reforçar a confiança das pessoas no Estado, nas instituições e no Governo;
- combater a corrupção política, o tráfico de influência, o clientelismo e o nepotismo;

- focalizar a administração do Estado no serviço público e fazê-la cumprir bem o seu papel na justiça, na segurança, nas relações externas, na educação, na saúde, na acção social e na economia.

O Governo irá tomar um conjunto de medidas para permitir que essas mudanças se corporizem e para que a Administração do Estado seja desenvolvimentista.

### 3.2. MELHORAR SIGNIFICATIVA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

A economia para funcionar bem, precisa de ambientes político, institucional, social, económico e educativo favoráveis à iniciativa privada, à assunção de riscos por parte dos empresários e dos empreendedores, à inovação, à produtividade e à competitividade.

O Programa do Governo assenta numa atitude diferente e em medidas eficazes para melhorar o ambiente de negócios através de:

- Um Estado parceiro na relação com as empresas e com os investidores;
- Serviços públicos eficientes e de excelência com uma burocracia amiga do investimento e do empreendedorismo;
- Segurança jurídica nas relações sociais e económicas;
- Baixa fiscalidade;
- Novos mecanismos e instrumentos de financiamento da economia;
- Eficiente e competitivo sistema de transportes para ligar Cabo Verde com o Mundo e para ligar as ilhas entre si, unificando o mercado nacional;
- Eficiência e racionalidade energética;
- Qualificação dos recursos humanos para melhorar a empregabilidade e a produtividade;

- Mercado de trabalho flexível;
- Acordo estratégico de médio e longo prazo, em sede da Concertação Social, com particular incidência sobre a política laboral, a política de emprego, a política fiscal, a política de rendimento e preços e as políticas de protecção e segurança social.

### 3.3. MELHORAR O AMBIENTE DE SEGURANÇA

A segurança é uma responsabilidade primeira do Estado. Tem implicações na vida das pessoas, na economia e na sustentabilidade do país.

É uma prioridade do Governo tornar as nossas cidades e localidades seguras. Medidas serão tomadas para permitir uma reacção policial e penal mais eficaz e mais célere; para que o sistema de segurança nacional esteja bem interligado, tenha boas direcções, bons comandos, agentes bem formados e motivados e com reforço imediato de meios. Combate à morosidade judicial, combate ao alcoolismo, ao consumo de drogas e à proliferação de armas, são algumas das áreas de intervenção prioritárias e inadiáveis.

Para um bom ambiente de segurança releva e muito a protecção civil. Não é difícil de concluir, à luz de acontecimentos recentes, que o sistema de protecção civil caboverdiano é ainda incipiente na sua organização e nos meios e recursos humanos, materiais e financeiros de que dispõe.

Num país arquipelágico, cujas águas interiores são, em alguns casos, corredores de tráfego marítimo internacional em mar alto, com um vulcão ativo e uma história de erupções, na linha da trajetória de furacões e tempestades, é crucial dispor de um sistema de protecção civil adequado, articulado, integrado, eficiente e eficaz. O Governo tomará medidas para melhorar significativamente o sistema e a prestação dos serviços de protecção civil com particular destaque para as ilhas do Fogo e da Brava. Em matéria de Defesa Nacional, o Governo assume os princípios fundamentais da Constituição e tem sobretudo em conta que o espaço territorial cuja soberania, unidade e integridade devem ser asse-

guradas pelas energias e forças morais e materiais da Nação e por cada um dos cidadãos nacionais é, na sua parte maior, constituído pela nossa ZEE e pelo espaço aéreo a ela sobrejacente.

Assim, assume o compromisso de reavaliar e rever o conceito estratégico de defesa nacional focalizando a missão das Forças Armadas na preparação para prevenção e reacção militar contra eventuais ameaças ou agressões externas e internas de grupos terroristas, na vigilância, fiscalização e defesa do espaço marítimo nacional, nas operações de busca e salvamento, na colaboração com as autoridades policiais e outras componentes na protecção do meio ambiente e do património arqueológico marinho, na prevenção e repressão da poluição marítima, dos tráficos e de outras formas de criminalidade organizada e, bem assim, nas situações de reposição da ordem pública que exijam meios excepcionais e excedam a capacidade de intervenção das autoridades policiais e na defesa da ordem constitucional e das instituições democráticas.

O Serviço Militar Obrigatório vai ser avaliado e um debate tranquilo será promovido para se avaliar sobre a viabilidade e o imperativo de o país passar a dispor de forças militares profissionalizadas.

O país deverá encontrar as melhores soluções para um enquadramento positivo de Cabo Verde em sistemas de segurança coletiva e cooperativa e anco-ragens e parcerias que permitam esse enquadramento.

### 3.4. MELHORAR A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

É intenção do governo dar centralidade política á justiça e torna-la na trave mestra do regime. É a garantia da paz social. Deste modo, é um bom investimento económico, pois só a paz social e a tutela efetiva dos direitos podem garantir um ambiente de crescimento da economia e do desenvolvimento sustentado, assente na previsibilidade e na existência e cumprimento de regras claras e objetivas de relacionamento social. O Governo pretende combater a

morosidade nas decisões judiciais e dotar a justiça de meios, estruturas, leis e atitudes. O governo entende que é dever moral do Estado garantir aos cidadãos os direitos constitucionais à informação jurídica e ao acesso à justiça, independentemente da sua condição financeira.

### 3.5. DOTAR O PAÍS DE UM SISTEMA EDUCATIVO DE EXCELÊNCIA

O Governo propõe edificar um sistema educativo integrado no conceito de economia do conhecimento que, da base ao topo, oriente os jovens para um domínio proficiente das línguas, das ciências integradas, das tecnologias e para a construção de um perfil cosmopolita aberto ao mundo, capaz de interiorizar valores intrínsecos ao saber ser e estar, de responsabilização mútuas, enquanto membros da comunidade, de preparação para a aprendizagem ao longo da vida, cultura de investigação, experimentação e inovação. Serão desenvolvidas ações que permitirão a efetivação da escolaridade obrigatória em doze anos, a manutenção das crianças e jovens dos 4 aos 18 anos dentro do sistema do ensino, a garantia do acesso ao pré-escolar a todas as crianças dos 4 aos 6 anos assim como a Requalificação dos professores e a Reorganização da Uni-CV com base no modelo de escolas.

Será dada ênfase, também, a uma forte promoção da investigação científica nas instituições do ensino superior e serão criadas condições para a internacionalização do ensino superior cabo-verdiano.

Não há futuro sem ciência! Para o desenvolvimento das nações mais avançadas, o maior trunfo tem sido os centros de I&D, alavancados na cooperação intrínseca e permanente entre o Estado, Instituições do Ensino Superior e as Empresas viradas para a inovação permanente da oferta, satisfação da procura e competitividade nos mercados nacionais e internacionais.

O Governo assume, assim, desenvolver Centros de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+I) com foco nas parcerias público-privadas, reunindo o Estado, as Instituições do Ensino Superior, os Parques Científicos e as Empresas.

O compromisso é de promover uma Agência da Ciência e da Tecnologia e instalação de diversos Parques Tecnológicos e Científicos em áreas como o Mar e a Biodiversidade, a Saúde, o Ambiente, as Energias Alternativas e a Água.

O Governo incentivará através de benefícios fiscais a importação de equipamentos necessários para a inovação e investigação empresarial em áreas de competitividade internacional.

O Governo implementará um sistema de formação profissional dual em que uma parte de formação se dá nos centros de formação e escolas profissionalizantes e a outra nas empresas, propiciando, por essa via, aos formandos uma habituação ao ambiente real de trabalho. Para isso, vão ser criadas as condições para que essa estratégia possa vingar, devendo ser estabelecidos protocolos de entendimento entre o Estado e as empresas.

O Governo considera que a política de emprego e formação profissional deve estar interligada, devendo as atividades inseridas nos programas de formação articular-se com programas de promoção de emprego, através de uma política coerente de emprego e formação profissional que atenda às necessidades dos jovens em busca do primeiro emprego, aos trabalhadores em exercício e aos desempregados, numa estratégia de superação permanente.

## 4. DINAMIZAR A ECONOMIA

O Governo aposta numa especialização económica centrada na promoção do conhecimento e da inovação, nomeadamente através de contratos para a inovação empresarial e na requalificação do Turismo como pilar central da economia cabo-verdiana.

A estratégia passa ainda por uma resposta aos desafios e às oportunidades da economia azul e da economia verde, reafirmando a nossa soberania e valorizando a posição de Cabo Verde no Mundo, procurando tirar partido da

nossa centralidade no Atlântico e na transformação de Cabo Verde num centro de operações de logística comercial, de transformação de matérias-primas e de prestação de serviços especializados no Atlântico, servindo de intermediação entre as economias emergentes e regionais.

Será dada ênfase à Promoção de uma produção Interna com base nas matrizes da nossa cultura, destacando a Cultura, a Agricultura, as Pescas e a Indústria Ligeira de Exportação e no desenvolvimento de uma estratégia deliberada de alargamento e consolidação da classe média e no combate efetivo à informalidade através de um plano de ação específico para o comércio, serviços e restauração em parceria efetiva com os poderes local e regional e ONGs.

Toda esta estratégia será suportada numa economia do conhecimento, com competitividade fiscal, previsível, de baixo risco e geradora de rendimentos e de empregos de qualidade e de prosperidade para todos. É obrigação deste Governo criar todas as condições para que os jovens possam criar coisas extraordinárias, invistam na inovação disruptiva e florescem em ambientes dinâmicos formados por pequenas e médias empresas. Inovação custa caro e demanda políticas de longo prazo. É uma operação de risco e requer paciência. O Governo, em parceria com o sector privado, promoverá e incentivará startups, parques tecnológicos, espaços de coworking, aceleradora de negócios e acesso ao financiamento privado e público.

#### 4.1. PROMOVER AS TIC's

O Governo desenvolverá competências humanas de excelência e aproveitará o posicionamento geoestratégico de Cabo Verde para promover um ambiente de negócios à volta das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) e Investigação & Desenvolvimento (I&D), de modo a transformar Cabo Verde num centro tecnológico regional de referência em África, atraindo e criando oportunidades de trabalho e centros de competências.

Pretende-se, ainda, transformar Cabo Verde em “cyber islands”, criando as condições para que a maior parte dos cidadãos tenham acessibilidade à Internet com qualidade e deste modo criar a sustentação para uma infinidade de potencialidades, contribuindo, significativamente, para o desenvolvimento económico e social do País.

#### 4.2. DESENVOLVER O TURISMO

O turismo é eleito como um dos pilares centrais da economia cabo-verdiana, uma peça chave para o relançamento do investimento privado, do emprego e do crescimento económico. A política para o Turismo será recentrada numa nova dimensão e qualidade que ultrapasse o conceito setorial e atinja a multiespecialização da economia cabo-verdiana.

#### 4.3. VALORIZAR O MAR

O Governo pretende fazer de Cabo Verde, nos próximos dez anos, uma nação que valoriza o oceano e pretendemos tornar o oceano num dos mais importantes contribuintes para a criação de riqueza do País.

A concretização deste desígnio deve assentar numa estratégia de médio e longo prazos, dirigida à prospeção e exploração dos novos espaços e recursos, sustentada no conhecimento científico e no desenvolvimento tecnológico e visando dar corpo a um tecido empresarial privado de base tecnológica que tenha como centro da sua atividade o mar.

#### 4.4. RENTABILIZAR A AGRICULTURA

O Governo fará da Agricultura e das pescas, pela sua expressão na economia doméstica, um sector gerador de rendimentos, que traga prosperidade e reconhecimento social.

Uma agricultura e uma agro-indústria competitiva no mercado local e em nichos de mercados internacionais que garanta, ao mesmo tempo, a segurança alimentar e nutricional da população e uma capacidade exportadora do País.

#### 4.5. FOMENTAR A INDÚSTRIA

O governo adotará uma nova estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e Emprego e dinamizará a indústria nacional, reforçando a sua competitividade e elevando o peso da indústria transformadora na economia nacional.

#### 4.6. FAZER CRESCER A ECONOMIA E CRIAR EMPREGOS

Nesta legislatura, o Governo pretende focar toda a estratégia nas reformas económicas e estruturais de modo a gerar um novo ciclo económico de gerador de emprego e rendimentos.

O governo assume o compromisso de criar as condições para um crescimento económico médio de 7% e criação de 45.000 postos de trabalho nos próximos 5 anos, formatando uma economia produtiva, competitiva, que cria valor acrescentado, eficiente, mais global, mais internacionalizada e mais dinâmica através de um ambiente fiscal que permita colocar Cabo Verde, em 10 anos, no TOP 15 do mundo em matéria de competitividade fiscal.

#### 4.7. VENCER O DESAFIO DO FINANCIAMENTO DA ECONOMIA

O contexto atual interpela Cabo Verde quanto à necessidade de uma solução urgente para o desafio do financiamento da economia. Sobretudo no contexto de graduação de Cabo Verde a País de Desenvolvimento Médio e face à persistência de défices no que respeita ao acesso ao financiamento por parte das micro, pequenas e médias empresas e aos instrumentos de apoio à internacionalização de empresas cabo-verdianas.

O governo pretende promover a melhoria das condições de financiamento à atividade produtiva e um forte programa de captação do Investimento Direto Estrangeiro bem como fixar um perfil para a Sociedade de Crédito e Investimento como fornecedor de crédito, private equity, leasing e de venture capital às PME's. O objetivo é maximizar o apoio ao tecido empresarial, com particular destaque para as empresas exportadoras e produtoras de bens e serviços transacionáveis, bem como o empreendedorismo e a inovação.

Pretende-se ainda garantir e reforçar as PME com linhas de crédito e seguros à exportação e promover a criação de um Fundo de Capitalização das Empresas e incentivar as instituições do ensino superior a criarem um Instituto de Serviços Financeiros para fornecer cursos de formação especializada focados nas necessidades reais e específica da indústria, tendo em conta os standards internacionais.

#### 4.8. FISCALIDADE AMIGA DO INVESTIMENTO E DO CRESCIMENTO

Pretende-se também visitar imediatamente o Código de Benefícios Fiscais nomeadamente o limite para se ter acesso à convenção de estabelecimentos e as majorações e promover uma redução gradual da tributação sobre a poupança em linha com a redução dos impostos sobre os demais rendimentos.

Uma boa política fiscal deve basear-se no princípio de que uma parte essencial do financiamento futuro do país tem de vir do Investimento Direto Estrangeiro e do investimento da Diáspora. Assim, o projeto de Reforma Fiscal vai assentar na baixa fiscalidade, elevada confiança fiscal e estabilidade fiscal, na Simplicidade fiscal com taxas "flat" e taxas máximas de 15% a atingir em dez anos e no papel residual dos impostos sobre os rendimentos.

O Governo focará a ação na criação de uma Rede de acordos para evitar a dupla tributação e no alargamento da base tributária através do combate determinado à informalidade e no desagrevamento da tributação sobre a poupança e o investimento.

## 4.9. UNIFICAR O MERCADO E LIGAR AO MUNDO

No sentido de dar maior competitividade ao país, a grande meta do Governo é a construção de um Sistema integrado de Transportes, competitivo e seguro, com relevante contribuição para a riqueza nacional, a balança de pagamentos, emprego e mobilidade nacional e internacional.

Nesse sentido empenhar-se-á na ligação de forma eficiente e regular das ilhas entre si e ao mundo, na promoção e a construção dum sistema aeroportuário moderno, construção de um hub logístico do atlântico e um terminal de transshipment de contentores, no quadro exclusivo de uma parceria público privado e numa perspetiva regional, desde que garantidos a viabilidade económica e financeira, na construção de portos adequados às necessidades das Ilhas, do País e do Mundo.

Propõe-se também a edificação de um parque rodoviário funcional e a construção de um sistema de energia, água e saneamento sustentável e moderno bem como uma aposta reforçada nas Tecnologias de informação e comunicação modernos e competitivos ao serviço do desenvolvimento.

O Governo assume o desafio da unificação do espaço nacional como uma aposta essencial à sustentabilidade do desenvolvimento socioeconómico. As infraestruturas e os meios de transporte merecerão assim, uma atenção especial de modo a garantir segurança, eficiência e qualidade na circulação de pessoas e bens.

## 4.10. MELHORAR E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Um programa energético consistente deverá ser executado tendo como premissas a segurança energética, que inclui o acesso, a disponibilidade, a conservação, a estabilidade dos preços, a independência relativa e a competitividade.

## 5. DESCENTRALIZAR E REGIONALIZAR

Cabo Verde é constituído por ilhas. Não é possível conceber o desenvolvimento deste país, sem considerar esta realidade e sem uma abordagem política, institucional e económica adequada à governação de cada ilha

O Governo encara as ilhas como territórios com recursos humanos, culturais, naturais e económicos e que precisam de uma abordagem política, económica e social integrada dos seus recursos, potencialidades e complementaridades.

Cada ilha, uma economia que se interliga no todo nacional e em conexão com o mundo, não só através dos transportes, mas através do conhecimento, do domínio de línguas e das Tecnologias de Comunicação e Informação.

Cabo Verde é um mercado pequeno e de baixo rendimento. Cada ilha é um mercado ainda mais pequeno, fragmentado e de baixo rendimento. Isolar as ilhas é condená-las à pobreza e à perda de população. Nenhuma ilha se desenvolverá virada para dentro, mas sim na sua relação com o mundo e com as restantes ilhas do país. Por isso, o Governo considera que o sistema de transportes aéreos e marítimos é condição fundamental para viabilizar a economia do país e a economia de cada uma das ilhas. Sistema de transportes entendido não apenas na ótica das infra-estruturas (portos e aeroportos), mas na ótica de serviço (acesso, regularidade, segurança e preços competitivos).

As ilhas precisam de um novo modelo de governação, baseado numa estratégia de desenvolvimento que aborda a ilha em todas as suas dimensões: economia, infraestruturas, ambiente, educação, formação, saúde. Governação da ilha com objectivos e metas partilhados para o crescimento económico, para o emprego, para o aumento do rendimento, para a redução da pobreza e para a melhoria dos indicadores da saúde, da educação e do bem estar da população. Governação da ilha com governantes, política e tecnicamente bem preparados, identificados com a ilha, conhecedores da ilha e engajados com o desenvolvi-

mento da ilha. Governação da ilha com governantes que se comprometem e se responsabilizam politicamente pelos resultados. É neste sentido que o Governo avançará para a regionalização administrativa.

O Governo reforçará a descentralização e orientar-se-á por uma atitude diferente no relacionamento com as camaras municipais. A nível dos recursos o Programa do Governo prevê a municipalização de uma parte importante das receitas da taxa do turismo consignadas para investimentos que melhorem o ambiente e a qualidade do produto turístico em cada ilha; a municipalização de uma parte importante das receitas da taxa ecológica consignadas para investimentos no domínio do ambiente e saneamento; a efetivação da isenção do IVA sobre os investimentos municipais de interesse público; a discriminação positiva de municípios com baixa base fiscal. A nível das competências, a contratualização com os municípios para a realização de obras de reabilitação de escolas; a gestão dos centros de juventude, entre outras.

## 6. NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

O Governo implementará uma nova geração de políticas sociais que privilegiará a inserção social, em vez de mera subsídio. Este modelo assenta numa mudança do paradigma estatizante e de condicionamento dos cidadãos e aposta em programas dirigidos à autonomia e autossuficiência das famílias e na construção de uma parceria alargada entre o Estado, as autarquias locais e a sociedade civil, reconhecendo um papel fulcral às instituições religiosas e às instituições privadas de solidariedade social.

O combate à pobreza e a criação de prosperidade duradoura exigem das autoridades públicas, com o engajamento do sector privado e das organizações da sociedade civil, para além das políticas ativas de minimização das desigualdades sociais e da igualdade do género, o emprego decente, de modo a impulsionar a ascensão social dos mais desfavorecidos com base no acesso ao trabalho e na melhoria constante das suas condições de rendimento e de qualidade de vida.

### 6.1. JUVENTUDE, UMA PRIORIDADE

O Governo considera, claramente, a Juventude Caboverdiana uma prioridade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentada e equilibrada. As políticas para a juventude devem ser desenvolvidas através de um diálogo estruturado entre governo e sociedade civil juvenil, pois, sendo a juventude um grupo etário determinante para o desenvolvimento sustentável do país, deve o Estado garantir a igualdade de oportunidades entre gerações e assumir a importância da participação dos jovens na tomada de decisões públicas, assegurando a sua capacidade de afirmação autónoma.

As políticas e os resultados do emprego, da educação, da formação e da inclusão social estarão devidamente articuladas e orientados para objetivos que melhorem a situação social e económica dos jovens nas diversas ilhas.

### 6.2. DESENVOLVER O DESPORTO

O Desporto merecerá uma atenção especial do Governo. Pretende-se implementar, após amplo dialogo com todos os intervenientes do sector, um novo Sistema Desportivo Cabo-verdiano que seja eficiente e competitivo, com base num programa de médio/longo prazo de modo a projetar os próximos ciclos desportivos sustentados no equilíbrio financeiro dos agentes e entidades privadas e numa reforma legislativa e das instituições públicas do Desporto. A ação do Governo terá como guia um Plano Estratégico de Ação Desportiva que, entre outros, deverá perspetivar o respetivo financiamento, o reforço da infraestruturação e a recuperação das infraestruturas desportivas a nível nacional e a formação de quadros na área desportiva para níveis profissionalizantes, incluindo dirigentes, gestores, treinadores e outros agentes desportivos. O Governo promoverá a organização de Eventos Internacionais no âmbito da nova visão para o Desporto como fator de desenvolvimento do País, valorizando as suas potencialidades dentro da cadeia de valor do Turismo, contribuindo para a criação de mais riqueza nacional.

### 6.3. INCLUSÃO PELA FAMÍLIA

A família, enquanto pedra basilar da sociedade, será o destinatário e fim último de toda a política pública e um elemento importante do desenvolvimento com face humana e de iguais oportunidades para todos. Por isso o Governo compromete-se com a criação de um Rendimento de Inclusão, no montante de cerca de 50% do valor do salário mínimo, para acudir cerca de 25.000 famílias com crianças em situações de risco e com um programa de reabilitação habitacional para as famílias carenciadas bem como a garantia do acesso à educação, à água e eletricidade, e à saúde.

Governo executará políticas propiciadoras de uma maior igualdade de género no acesso a todos os bens públicos, na eliminação de desigualdades estruturais e numa aposta na mudança de comportamentos e atitudes.

### 6.4. DESENVOLVER A CULTURA

Cabo verde é uma nação sedimentada devido à sua cultura. É um país culturalmente muito rico. A vida cultural e a criatividade devem ser preservadas e desenvolvidas por meio de políticas culturais coerentes e eficientes em harmonia com o desenvolvimento das regiões e do país.

É nesse quadro que o governo aborda a cultura, primeiro, reconhecendo como fundamental que o Estado assuma o papel de facilitador e promotor das condições, por um lado, para que os criadores tenham infraestruturas, financiamento e salvaguarda dos seus direitos autorais e por outro lado, para que os cidadãos possam fruir da cultura de forma livre, com alto padrão de qualidade, num espírito de construção da cidadania plena.

Cabo Verde tem, nos próximos tempos, a missão de redefinir, reenquadrar e dar uma nova dimensão ao papel da cultura e à definição prática do conceito de Indústrias Culturais.

Governo desenvolverá esforços para transformar a cultura numa fonte de rendimento e um fator de afirmação de cabo verde no mundo através de novos mecanismos de financiamento e na promoção de políticas públicas a nível da Dança, teatro, Música, cinema e audiovisuais, artesanato consentâneas com o nosso potencial.

Estes conceitos, Indústrias Criativas/Economia Criativa, com o seu redimensionamento à escala e à realidade cabo-verdiana, lançam enormes desafios a um Cabo Verde que aposta na cultura como um sector de mais-valia.

### 6.5. DIREITO À SAÚDE

O Estado tem obrigação constitucional de garantir o direito à saúde a todos e o dever de a defender e promover e, nesta base, tem a incumbência de assegurar o funcionamento do sector público de prestação de cuidados de saúde de qualidade e de incentivar, apoiar e regular a iniciativa privada na prestação de cuidados de saúde preventiva, promocional, curativa e de reabilitação.

O Governo vai dar especial atenção ao Sistema Nacional de Saúde com uma aposta forte na política social de forma a dar resposta à problemática da universalidade, justiça, acessibilidade, solidariedade, equidade, eficácia e efetividade que atingem, no concreto, as pessoas.

Encetará reformas que permitem o nascimento de um sistema de saúde que se caracteriza pela ousadia na distribuição dos recursos humanos existentes, na valorização dos recursos humanos e ter em conta que os profissionais de saúde disponíveis ainda não atingiram o patamar de quantidade e de qualidade suficiente. É preciso apostar na racionalidade e na transparência da formação e gestão dos recursos humanos, enquanto fator de motivação dos profissionais de saúde.



O Governo pretende garantir, em casos devidamente especificados, a gratuitidade às pessoas vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade temporária, que não tenham condições para compartilhar os cuidados de saúde.

Nos próximos tempos as ações visam a Reorganização e requalificação do Serviço Nacional de Saúde, a valorização dos Profissionais de Saúde, à instalação de centros de saúde de primeiro nível em todas as ilhas onde não haja Hospital Central ou Regional e será ainda instituído o Médico de Família e aposta na saúde familiar.

O Governo promoverá reformas para garantir sustentabilidade do sector, em parceria com os privados, bem como o seu desenvolvimento como sector exportador de alto valor acrescentado.

## 6.6. PROMOVER A SOLIDARIEDADE E A INCLUSÃO SOCIAL

Para o Governo a solidariedade e coesão social são fundamentais para a construção de uma sociedade justa, equilibrada e com paz social. Assim pretende-se que a proteção social seja mais justa e equilibrada, do ponto de vista pessoal e material e garanta a Sustentabilidade financeira do sistema a longo prazo.

Para atingir este desiderato pretende-se reestruturar o INPS, garantindo uma melhor gestão e uma gestão profissional dos serviços prestados e do futuro das pensões e a despartidarização da segurança social.

Defende, ainda, a existência de um conjunto de políticas que visem assegurar a proteção aos cidadãos cabo-verdianos, na velhice, na doença, nas situações de manifesta carência económica e vulnerabilidades sociais ou quando são portadores de deficiência, da qual a afetação resulte em incapacidade para o exercício de qualquer atividade ou nas situações em que não disponham de quaisquer meios de subsistência.

## 7. QUALIFICAR A POLÍTICA EXTERNA

O Governo reequacionará a rede diplomática e a qualificação das nossas representações externas, em termos de perfil, vocação e missão, tendo em vista as inovações a introduzir, designadamente no âmbito da operacionalização das diferentes valias que enformam a diplomacia política, económica, cultural, ambiental e securitária, assim como no plano da cobertura que se pretende reservar às comunidades na diáspora.

Enquadramento positivo de Cabo Verde em sistemas de segurança colectiva e cooperativa; a inserção e recentragem activa, articulada e conseqüente na rede de pequenos estados insulares; um maior afinco político e objectividade estratégica em direcção a uma efectiva diversificação, densificação e concretização da parceria especial com a União Europeia; a integração regional na CEDEAO e em outros espaços marcadamente favoráveis, designadamente a Macaronésia; e; a valorização estratégica e instrumental da CPLP serão prioridades da política externa multilateral.

A nível bilateral, as nossas relações serão reforçadas nos domínios do diálogo político e concertação a vários níveis, através de novos e inovadores pilares de parcerias estratégicas e de cooperação, da reavaliação e dinamização de processos de atracção de investimentos, de conhecimento e de tecnologia com os diversos parceiros tradicionais de Cabo Verde, como Portugal, Luxemburgo, Angola, França, Espanha e Brasil.

Serão desenvolvidas acções dirigidas a actores bilaterais portadores de vantagens diferenciadas e complementares, tais como a Inglaterra, à África do Sul, os países nórdicos, Israel, Singapura, o Japão e a Coreia do Sul.

Os Estados Unidos da América, país onde reside a maior comunidade cabo-verdiana emigrada e onde ocorre uma maior concentração de conhecimento e de competências da nossa diáspora, revela-se um parceiro histórico e incontornável.

nável de Cabo Verde. Existe todo um potencial de desenvolvimento de relações nas áreas da segurança, da atracção de conhecimento, de tecnologia e de investimentos que devemos estar em condições de explorar.

A China vem sendo, há várias décadas, um parceiro importante e relevante para Cabo Verde. É do nosso interesse aprofundar e alargar a cooperação política, económica e empresarial com a República Popular da China, em moldes que permitam acrescentar sentido estratégico às relações.

## 8. INTEGRAR A DIÁSPORA

O Governo considera que a Nação cabo-verdiana ultrapassa em muito as fronteiras físicas e a população residente no País, para se projetar através da nossa diáspora na Europa, nas Américas, na África e em todo o Mundo. A Nação cabo-verdiana é global. E esta dimensão é um grande ativo para o País no contexto de um mundo cada vez mais globalizado. Nesse sentido, o Governo assume as comunidades cabo-verdianas emigradas como uma das suas tarefas prioritárias no desenvolvimento das relações externas e um pilar na promoção económica do país e na atracção de capacidades e investimentos.

Será instituída uma nova diplomacia dirigida às comunidades cabo-verdianas emigradas. Uma diplomacia que tenha em conta que a Diáspora pode contribuir para que Cabo Verde assegure o seu lugar no mundo; uma diplomacia que dê corpo às políticas e ações mais proactivas relativamente aos interesses e problemas dos cidadãos cabo-verdianos residentes no estrangeiro e à sua integração nos países de acolhimento.

As questões relativas às comunidades emigradas devem ser despartidarizadas e o atendimento nas Embaixadas, nos Consulados e nos Serviços em Cabo Verde deve ser melhorado. O Conselho das Comunidades Cabo-verdianas vai ser desgovernamentalizado. O tempo de emissão de documentos de identificação e de viagens e outros que interagem com as representações de Cabo Verde e os serviços no país deve ser encurtado, assim como o atendimento nos serviços aduaneiros.

Atenção especial será dada à cobertura com o complemento de pensão aos idosos que vivem na pobreza extrema, nomeadamente em São Tomé, à integração da diáspora no Sistema Nacional de Previdência, Seguros e Segurança Social e à problemática dos deportados na perspectiva da prevenção e da integração no país.

Governo entende que Cabo Verde tem de aproveitar melhor as elites cabo-verdianas da Diáspora pela sua alta qualificação profissional nas diversas áreas. Para tal, será definido um quadro institucional incentivador da sua participação em prol do País e na edificação de uma verdadeira economia do conhecimento. O Governo criará todas as condições para que os quadros cabo-verdianos de elite na diáspora façam parte dos quadros de elite do País e sejam institucionalizados mecanismos pelos quais sejam prestados por eles serviços técnicos especializados em áreas onde o País se debate com défices de recursos humanos altamente qualificados, sem necessidade do recurso a técnicos estrangeiros do mesmo nível.

A dimensão cultural da Diáspora é uma vertente de particular prioridade. Da música à literatura, da pintura à dança, da gastronomia aos trajes tradicionais envoltos pela língua e pela identidade cabo-verdiana e moldados pela história, existe um ativo que se expressa através de primeiras, segundas e terceiras gerações de emigrados. A política de preservação e valorização cultural tem de passar necessariamente pela Diáspora através de conteúdos da comunicação social, do ensino, das tecnologias de informação e de telecomunicação, do apoio ao associativismo e de parcerias para a realização de eventos culturais nos países de acolhimento e em Cabo Verde.

## Mensagem do Primeiro Ministro

Caros Deputados,

O objetivo deste Governo é governar com sentido de justiça e de igualdade de oportunidades. Todos serão iguais perante a lei e perante o Estado, como manda a Constituição.

Seremos um Governo transparente, aberto, responsável e focado nos resultados.

Um Governo próximo dos cidadãos e um Estado facilitador e indutor do desenvolvimento.

Um Estado transparente, parceiro, dialogante, promotor da concertação social, justo, moderno, descentralizado e regionalizado.

Criaremos o ambiente necessário para que cada cabo-verdiano seja senhor do seu próprio destino.

Nós confiamos que cada cabo-verdiano é capaz de progredir na nossa sociedade, com base na sua capacidade, no seu mérito, no seu talento e no seu esforço. Nós confiamos no futuro de Cabo Verde.

Esta moção de confiança é um contrato que estabelecemos com cada cabo-verdiano na sua ilha e na diáspora e com a nação.

É um compromisso político ancorado no rigor e na seriedade.

Assim, ao abrigo do artigo 197º da Constituição, o Primeiro-Ministro solicita à Assembleia Nacional a aprovação da presente moção de confiança sobre a política geral que pretende seguir durante o mandato do VI governo Constitucional.

Praia, Maio de 2016

*José Ulisses de Pina Correia e Silva*

**Primeiro-Ministro**





